

XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

SHOPPING CENTERS, GPUS RECENTRALIZADORES NO E DO ESPAÇO URBANO: O
INDEPENDÊNCIA SHOPPING EM JUIZ DE FORA – MG, CASO REFERÊNCIA

Sabrina Ferretti do Amaral (UFF) - sabrinaferretti@yahoo.com.br

Arquiteta e Urbanista, estudante do curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da UFF

Introdução

Dentre as definições de cidade existe uma, defendida pela Escola de Chicago, que se refere à cidade como *“lugar de centralidade cultural”*, ou seja, as cidades são cidades porque elas têm um centro, que é importante no provimento da forma urbana e da sua coerência. Assim, partindo do estudo da centralidade em cidades de médio porte e do pressuposto de que as idéias de “cidade” e “centro” estão sempre ligadas, chegou-se à algumas literaturas que tratam do atual quadro de importantes transformações na estrutura urbana das cidades, que têm levado, como via de regra, aos processos de redefinição de suas centralidades.

Neste cenário, as cidades médias têm adquirido grande valor, uma vez que vêm assumindo novos papéis intra e inter-urbanos, a partir das alterações nas suas dinâmicas econômicas, que as condicionam à novas expressões de centralidade. Em outras palavras, estas cidades médias perderam seu caráter de cidades mononucleadas e tornaram-se cidades poli(multi)nucleadas, pois seu centro “original” não era mais capaz de suprir, por si só, todas as necessidades econômicas e sociais da cidade, que encontra-se em grande processo de expansão e adensamento.

Tal processo também pode ser observado em Juiz de Fora, Minas Gerais (cidade de médio porte localizada na Zona da Mata mineira e que será tratada mais adiante neste artigo), porém com uma interessante característica: apesar de a cidade vir passando, desde a década de 1970, por alterações na sua estrutura urbana, com o desenvolvimento de centros secundários e subcentros, o seu centro “original” mantém-se denso e vivo, exercendo grande influência sobre as demais áreas da cidade e sobre suas novas centralidades que, ainda na atualidade, possuem um certo grau de dependência com o mesmo.

Outro fator interessante a ser considerado em Juiz de Fora é a sua localização “estratégica”, a cidade fica próxima à São Paulo (460Km), Rio de Janeiro (180Km) e Belo Horizonte (260km). Isso colabora para destacar Juiz de Fora no âmbito regional, contribuindo para a *“sua inserção no mapa da globalização”* e garantindo *“a desejada competitividade”*, que atrai investimentos e a instalação de empresas na cidade. (Herdy, 2010).

Essa característica, presente no Plano Estratégico de JF (2000), é apresentada como um dos principais objetivos do mesmo: *“Consolidar Juiz de Fora como cidade pólo da Zona da Mata, melhorando as vias de acesso à cidade, a competitividade de seu comércio e a qualidade dos serviços que oferece, especialmente nas áreas de educação e saúde”*.

Isso explica a inserção na cidade, desde a década de 1960, de projetos como a Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), o Hospital Monte Sinai, a duplicação da

Avenida Deusedith Salgado e, mais recentemente, o Independência Shopping que, por seus carâters, podem ser considerados Grandes Projetos Urbanos (GPUs).

Atualmente, a região da cidade formada pelos bairros São Pedro (onde fica a UFJF) e Cascatinha/Dom Bosco (onde ficam o Hospital Monte Sinai e o Shopping Independência) representa um setor em forte e crescente expansão, o que pode resultar na aglutinação destes dois centros secundários da cidade.

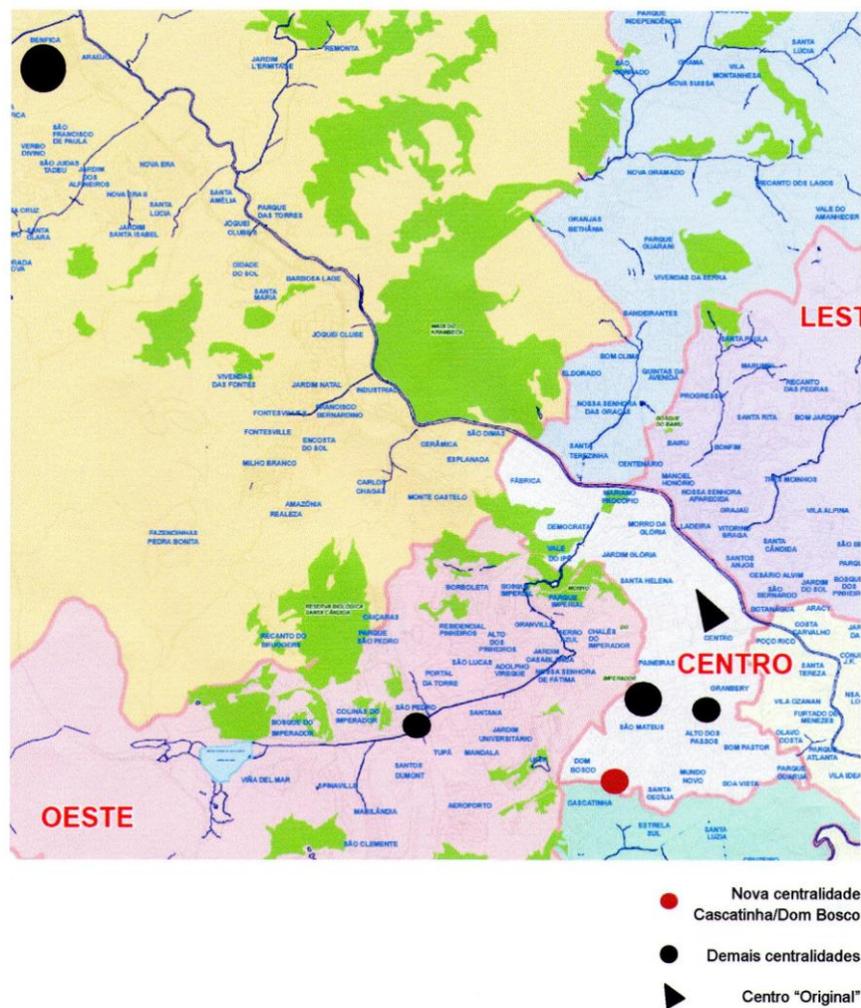


Fig. 1: Regiões de Juiz de Fora – MG (Fonte: www.pjf.mg.gov.br)

Por ser um fato recente no processo de redefinição da centralidade de Juiz de Fora, ainda não é possível dizer que efeitos positivos e ou negativos serão apresentados, bem como qual influência o mesmo exercerá sobre o centro “original” da cidade. Contudo, pode-se afirmar que, até o presente trabalho, com relação à valorização do centro, este permanece denso e vivo.

Assim, a pesquisa se iniciou motivada pela seguinte problematização: Quais fatores (a estrutura peculiar do centro que apresenta um conjunto de edifícios galerias; o

desenvolvimento urbano influenciado pela forte industrialização que existiu na cidade; o atual plano diretor que alterou os coeficientes construtivos, aumentando o adensamento na área central e contrariando a descentralização; a grande relação de pertencimento existente em seus habitantes nessa área da cidade, isto é, a identidade da cidade; entre outros) são responsáveis por manter o centro denso e importante perante as outras áreas da cidade?

GPUs: Contextualização e Conceito

As cidades são espaços socialmente construídos e que se encontram em um permanente processo de reconstrução, devido a sua dinâmica social e econômica. Estas, juntamente com o crescimento populacional e as políticas públicas, *“têm levado ao adensamento e intensificação do uso de determinadas áreas, enquanto que a evasão de atividades econômicas e de população ocasiona o abandono e a degradação de outras”* (Nobre, 2003, p.01).

Segundo Almeida (2008), a Revolução Industrial ocorrida no século XIX impôs novas formas de vida e de conhecimentos aos habitantes das cidades que, nesse período, passavam por um rápido processo de expansão. Com isso, drásticos efeitos como o choque entre as forças de produção que estavam emergindo e as crescentes aspirações daqueles que seriam incluídos ou excluídos de seus benefícios, apareceram de uma forma intensa no espaço das cidades. O autor ainda continua, diz que o desequilíbrio entre a oferta e a procura de alojamentos abriu caminho para a sobreposição dos interesses econômicos sobre o desenho urbano das cidades industriais.

Neste cenário, a invenção do elevador em paralelo ao desenvolvimento tecnológico da construção metálica do início do século XX, tornaram-se essenciais para mudar o perfil do espaço urbano, uma vez que permitiram a construção de edifícios altos. Em outras palavras, o espaço urbano ganhou uma dimensão vertical, através da construção dos arranha-céus, ícones da Arquitetura Moderna.

Ainda neste contexto mundial, cabe salientar que, os urbanistas do Movimento Moderno elaboraram, sob a liderança de Le Corbusier, no CIAM (Congresso Internacional de Arquitetura Moderna) de 1933, um documento denominado “Carta de Atenas”, que contribuiu para as idéias produzidas na Europa em reconstrução (período Pós-Guerra) e também aos países subdesenvolvidos que passavam por um acelerado processo de urbanização.

“As suas quatro funções-chave (da Carta de Atenas) são trabalhar, habitar, circular e recrear-se e, por serem sistematicamente setorizadas sob a regência de uma otimização racional destas atividades perante o homem, a máquina, a

cidade e a natureza, cobrem um domínio imenso, sendo o urbanismo a consequência de uma maneira de pensar levada à via pública por uma técnica de ação.” (MATTEI MANZI, 2008, p.26)

Contudo, os princípios do urbanismo moderno apresentados e preconizados pela “Carta de Atenas”, por tratarem de aglomerações urbanas sem considerar a realidade de cada lugar e proporem uma solução única, não foram capazes de “equacionar” os problemas das cidades no início do século passado.

Mattei Manzi (2008) diz que entre as décadas de 1950 e 1960 a produção industrial ganhou um novo ritmo, interferindo diretamente na transformação das cidades e no seu relacionamento com a área central.

Para Sposito (2003) essas relações entre o centro e a periferia das cidades foram se transformando progressivamente, refletindo mudanças no cotidiano urbano e emergindo uma tendência à constituição de “*ciudades*” dentro e fora da cidade já existente.

Isso demonstra que a vitalidade urbana, a morfologia do desenho urbano, as transformações socioeconômicas nas cidades, influenciam diretamente no planejamento urbano das cidades, criam rupturas muito intensas, estabelecem novas atividades urbanas, propondo um novo modo de vida aos cidadãos, ao mesmo tempo que auxiliam na evolução e transformação das cidades. (Mattei Manzi, 2008)

É nesse momento que começam a surgir os processos de descentralização, isto é, o deslocamento da população aos bairros periféricos das cidades. Também, é nesse momento que começam a surgir as preocupações com o resgate histórico e a preservação do patrimônio histórico edificado, o que dá início aos processos de renovação urbana nos grandes centros das cidades americanas.

“As opiniões contemporâneas tornam-se mais exigentes, já que passam a implicar que o efeito do entorno construído pode estender-se para alterar as formas de conduta e estimular os habitantes urbanos a adotarem novos modelos de ação social.” (ALMEIDA, 2008, p.04)

Segundo Mattei Manzi (2008), no Brasil, esse processo de periferização se iniciou com o alto custo da terra nas áreas centrais, em paralelo ao baixo poder aquisitivo de uma grande camada da população. Esse processo, provocou o esvaziamento do centro e, conseqüentemente, levou ao seu envelhecimento e ao surgimento de novas centralidades.

Ainda segundo Mattei Manzi (2008), outro fator que contribuiu para o envelhecimento do centro tradicional foi a aparição, a partir da década de 1980, dos centros comerciais denominados “*Shopping Centers*”. Com isso, as áreas centrais das cidades passaram a se

constituir alvo do poder público e foram as primeiras áreas eleitas para projetos de intervenção e revitalização, sempre com o intuito de reconquistar seu dinamismo.

“Até os anos de 1970 e 1980, a articulação intra-urbana nessas cidades articulava-se em torno de um centro principal, compondo estruturas monocêntricas fortemente integradas a uma única área importante de concentração de estabelecimentos comerciais e serviços. Nos últimos vinte anos, observou-se multiplicação de áreas de concentração dessas atividades (eixos comerciais, centros comerciais em bairros de bom poder aquisitivo e shopping centers), bem como se verificou o fenômeno de diversificação delas, acompanhado de segmentação dos mercados consumidores, segundo diferentes padrões de consumo e maior ou menor facilidade para se locomover por automóvel”. (SPOSITO, 2007, apud MATTEI MANZI, 2008, p.36)

Assim, com o intuito de readequar estes espaços subutilizados ou degradados surge a defesa de se implantar intervenções pontuais, *“como acumpunturas capazes de solucionar o pouco, já que não conseguimos mudar o muito”.* (Zaitter, 2010, p.15). Isto é, a passagem do plano para o projeto. E é nesse momento de ruptura que surgem os Grandes Projetos Urbanos (GPUs).

Segundo Mattei Manzi (2008), citando Swyngedouw, Moulaert e Rodríguez (2002), as iniciativas na produção ou construção dos GPUs constituem, muitas vezes, uma das expressões mais visíveis e difundidas de estratégias urbanas de revitalização perseguidas por cidades em busca de crescimento econômico e competitividade. Para Ultramari (2007), os GPUs são responsáveis pela constituição de uma nova fase do urbanismo contemporâneo, *“precocemente reconhecida como Renascença Urbana”.*

A justificativa para a implementação de GPUs na renovação urbana baseiam-se na atração de *“novas atividades econômicas, através da construção de centros cívicos, de negócios, comerciais e de turismo, com suas modernas torres de escritórios, shopping centers sofisticados, hotéis, centros de convenções, marinas, restaurantes, complexos poliesportivos e parques temáticos”* ou ainda, através da promoção de eventos internacionais ou espetáculos (jogos olímpicos e feiras, por exemplo), ou da criação de *“novos distritos de negócios através da renovação urbana das áreas degradadas”.* (Nobre, 2003, p.02).

A cidade passa a ser vista como mercadoria e seus cidadãos como consumidores. Os GPUs são elementos capazes de organizar os espaços urbanos através da espetacularização, atraindo capital. Para Almeida (2008), o consumo transformou-se na moral do mundo contemporâneo.

“[...] os GPUs são formas complexas de articulação entre atores privados e públicos referidas ao território, acionadas a fim de superar os constrangimentos sobre a ação do Estado e garantir o envolvimento do setor privado. São justificados com base em uma representação do mundo contemporâneo que privilegia as articulações com a escala global e têm por estratégia potencializar recursos para desencadear processos de desenvolvimento econômico e promover efeitos de reestruturação no espaço urbano, apropriáveis pelos diversos atores envolvidos. No processo de sua formulação e implantação, os GPUs desencadeiam rupturas sobre os espaços físico e social, em suas múltiplas dimensões e contribuem para a consolidação de mudanças na dinâmica sócio-espacial, caracterizada por reconfigurações escalares e efeitos de desenvolvimento desigual na escala local”.(OLIVEIRA, 2009, p.06)

Inicialmente, os GPUs funcionavam como âncoras de outras transformações urbanas. Preocupavam-se em revitalizar áreas urbanas tentando produzir uma fórmula e não tinham cuidado ambiental, nem consideravam o entorno natural. Os novos lugares produzidos pelos GPUs, que utilizavam-se de parcerias público-privadas, geraram a atração de uma nova classe social de alto poder aquisitivo, produzindo seletividades e afastamentos social. Segundo Nobre (2003) e Mattei Manzi (2008), esse processo, conhecido pelo termo de “*gentrificação*”, expressa a própria condensação da cultura e da economia de mercado e a fragmentação social das cidades.

No Brasil, as novas demandas culturais podem ser consideradas como possibilidade de causa para a implantação de GPUs. Para Ultramari (2001), as características que sintetizam o conceito e a implantação dos atuais GPUs no Brasil são:

- participação do setor privado de forma decisiva para a implantação das obras, isto é, Estado e setor privado estão juntos na inversão de recursos;

- devido à complexidade dos projetos e das obras, assim como da imprevisibilidade de medidas mitigadoras resultantes da negociação com agentes contrários ao projeto, tem sido comum o incremento nos valores iniciais propostos em GPUs;

- “*processos de gentrification, os quais podem muitas vezes serem deliberadamente buscados nesses projetos. Desse modo, a revitalização da área implica intrinsecamente na mudança dos moradores originais (é o que chama-se de remoção branca): o projeto das classes média e alta toma o espaço das classes mais pobres, não por meio de desapropriações, mas sim por mudanças de uso e, sobretudo pela valorização dos terrenos e edifícios urbanos*”;

- uma característica importante e positiva dos GPUs é a possibilidade deste se integrar a um projeto maior para a cidade;

- necessidade de recuperar áreas de subhabitação e de se valorizar símbolos importantes para a imagem e competitividade da cidade;

- nos anos 50, os GPUs priorizavam o transporte individual, o que implicava em grandes e irreversíveis impactos, nos anos 90 o transporte individual sede lugar à busca da integração de compartimentos urbanos e ao respeito à população original;

- deve considerar os impactos urbanos ambientais e sociais, através da elaboração de documentos de análise prévios.

Desta forma, pode-se afirmar que tais propostas de reestruturação urbana através de GPUs também podem ser verificadas nas cidades médias. Estas, ao assumirem novos papéis na escala interurbana, *“denotam uma alteração nas formas contemporâneas de reprodução do capital adentrando a dinâmica espacial de outras categorias de cidades que não as metrópoles”*. (Oliveira Júnior, 2008, p.11).

Segundo Oliveira Júnior (2008) isso quer dizer que são os novos papéis determinados às cidades médias no processo de mundialização do capital que impelem nestas cidades a necessidade de criar novas áreas centrais, tornando-as atrativas à localização de novos artefatos ou equipamentos comerciais e de serviços. Em outras palavras, devido ao seu novo papel de centralidade interurbana, as cidades médias tornaram-se o cenário ideal para atender às necessidades contemporâneas da reprodução e acumulação do capital, o que vem gerando a necessidade da implantação de GPUs nesses espaços urbanos.

Shopping Centers: GPUs Recentralizadores no e do Espaço Urbano

Na primeira metade do século XX, em articulação com as dinâmicas de estruturação intra-urbana das cidades nos Estados Unidos, surgem os primeiros equipamentos comerciais chamados Shopping Centers.

O surgimento e a difusão dos Shopping Centers nos Estados Unidos relacionam-se ao surgimento e expansão dos subúrbios, *“que esteve intimamente relacionado ao advento do automóvel”*. (Bienenstein, 2001).

Este fator, juntamente com o crescimento da população e o aumento da renda per capita, demandavam bens e serviços especializados, o que obrigou o comércio varejista a se ajustar *“a uma nova realidade sócio-locacional”*.

Segundo Bienenstein (2001), quando cita Cohen (1972), alguns empresários acreditavam que a criação de grandes áreas destinadas a aglomeração de lojas comerciais variadas poderia satisfazer a demanda das novas fronteiras urbanas. Assim, estes mesmos empresários decidiram estabelecer uma política de aluguel dessas áreas e passaram a

oferecer a manutenção do complexo e de outros serviços destinados aos locatários e aos consumidores.

Ainda segundo Bienenstein (2001), essas inovações podem ser compreendidas como elementos originários do que viriam a se constituir os futuros centros de comercialização e consumo no urbano capitalista, os Shopping Centers.

O arquiteto austríaco Vítor Gruen, que imigrou para os Estados Unidos em 1938, foi quem concebeu a primeira proposta de Shopping Center. Este, projetou um edifício com o intuito de reunir pessoas para fazer compras e se socializar, propondo um ponto de encontro com atividades que acontecem nos centros das cidades e que não existiam nos subúrbios das cidades norte-americanas. (Mattei Manzi, 2008).

No Brasil, o surgimento e a expansão dos Shopping Centers apenas aconteceu a partir da década de 1960, quando uma dinâmica de acumulação verdadeiramente capitalista se estabeleceu no país. Para Bienenstein (2001), tal dinâmica foi e ainda é caracterizada pelo aumento significativo de investimentos que contribuíram para a modernização do capitalismo brasileiro. Assim, mediante esse contexto, os investimentos dessa nova dinâmica de acumulação passam a determinar uma nova dinâmica de mercado consumidor, culminando no desenvolvimento de novos produtos e tecnologias e, também, de novas formas espaciais no espaço/cenário de nossas cidades.

O primeiro Shopping Center a ser construído no Brasil, em 1966, foi o Iguatemi, localizado na cidade de São Paulo. Mas, pode-se dizer que foi a partir da década de 1980 que os Shopping Centers começam a eclodir no país. Segundo Mattei Manzi (2008), essa proliferação dos Shopping Centers ocorreu sem a devida preocupação com o comércio local, o que cabou por interferir diretamente na malha urbana.

Para Amaral Júnior (2008), quando cita Cristóvão Duarte (2006), para se entender os Shopping Centers é preciso compreender as lojas de departamentos, que surgiram nas cidades norte-americanas da segunda metade do século XIX e as galerias comerciais cobertas, inventadas nas cidades européias também da segunda metade do século XIX.

Enquanto as lojas de departamentos transformaram as formas tradicionais de comércio, pois ofereciam em um único espaço uma grande variedade de mercadorias, as galerias cobertas se inseriram no tecido urbano de forma peculiar, pois dispunham de uma organização linear do comércio, ao longo de uma rua coberta, criando atalhos entre os quarteirões e fazendo-os permeáveis.

Assim, ainda segundo Amaral Júnior (2008, p.49), *“a idéia básica de Shopping Center consiste em articular, num imenso e único espaço fechado, lojas dispostas em ambos os lados de ruas cobertas”*.

Conforme apresentado por Oliveira Júnior (2008), quando cita Langoni (1984), os Shopping Centers se constituem uma das mais significativas revoluções tecnológicas

quando considerado essencialmente pelo âmbito organizacional. Adiante, estes equipamentos oferecem vantagens para seus investidores, seus lojistas e seus consumidores, como: economia de tempo; oferta de áreas de lazer, cinemas, restaurantes e divertimento infanto-juvenil; acessibilidade e facilidade para estacionar automóveis; amplo horário de funcionamento; ausência de poluição física, sonora e visual; além de segurança.

Assim, pode-se afirmar que os Shopping Centers buscam expressar uma cidade ideal, quando reproduzem no seu interior a atmosfera de uma cidade limpa, esteticamente organizada e segura, além de reproduzirem símbolos e referências das cidades reais. Com isso, esses equipamentos podem ser considerados como elementos capazes de promover uma ruptura na racionalidade de organização e reprodução espacial, objetivando maximização de lucros e ampliação do mundo da mercadoria, redefinindo, desta forma, a centralidade intra-urbana das cidades. (Oliveira Júnior, 2008).

Neste sentido, segundo Bienenstein (2001, p.16), fica claro que *“o estudo do Shopping Center, muito mais do que simplesmente refletir sobre a dinâmica do comércio varejista que se concretiza através dele, abre novas possibilidades de estudo sobre as novas formas de dominação capitalistas nas diversas esferas da vida cotidiana”*.

Para Oliveira Júnior (2008), um ponto que se ressalta, comumente associado à reprodução do espaço na metrópole, é a crescente mobilidade e o avanço das novas formas de reprodução e acumulação do capital, em especial, para as cidades médias. Isso ocorre a partir da inserção de determinados equipamentos e racionalidades nestas cidades médias, alavancando a sua relevância para a dinâmica econômica tanto no âmbito intra-urbano como no interurbano.

O autor ainda afirma que a instalação de Shopping Centers nas cidades médias ocorrem, na maioria das vezes, com o objetivo de reforçar o seu papel de polarização regional, posto que estes elementos se apresentam como ícones da modernização, propiciando formas de consumo e lazer novas e que antes se restringiam às grandes cidades.

Assim, devido ao seu caráter, os Shopping Centers podem ser considerados Grandes Projetos Urbanos (GPUs) que, recentemente, vêm reestruturando o espaço urbano das cidades brasileiras, em especial das cidades de médio porte, através da formação de novos centros urbanos.

Juiz de Fora: Seu Centro e a Relação com o GPU Independência Shopping

Juiz de Fora nasceu de um povoado localizado às margens do Caminho Novo que era, no período aurífero, o principal eixo econômico de ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro. (PDDU, 2004).

Segundo Esteves (1915), o desenvolvimento de Juiz de Fora, assim como de toda Zona da Mata mineira, teve início com o cultivo do café, depois que a exploração do ouro entrou em declínio e, conseqüentemente, houve uma grande migração de trabalhadores das minas de ouro para essa região.

Assim, foi o incremento da produção cafeeira que financiou o desenvolvimento dos sistemas rodoviário e ferroviário em Juiz de Fora (construção da Rodovia União e Indústria e das estradas de ferro D. Pedro II e Leopoldina), o que contribuiu fortemente para o crescimento financeiro da cidade.

Para Giroletti (1988) o desenvolvimento de Juiz de Fora se deu pela sua posição geográfica, entre a busca de ouro e pedras de outras cidades de Minas Gerais e o Rio de Janeiro. Outro fato interessante que o autor cita é que, diferentemente da maioria das cidades de Minas Gerais, Juiz de Fora recebeu um grande número de imigrantes, especialmente italianos e alemães, que vieram para a cidade como mão de obra qualificada para a construção da Rodovia União e Indústria e que, mais tarde, foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento industrial da cidade.

Desta forma, no final do século XIX e início do século XX, Juiz de Fora era considerada o maior centro urbano-industrial de Minas Gerais e um dos municípios mais prósperos do país. Sua produção era concentrada nos setores industriais tradicionais, principalmente o têxtil, pois a elevada umidade do ar da cidade criava melhores condições de trabalho com o fio de algodão. E, por isso, foi denominada de “Manchester Mineira” em referência ao importante centro industrial inglês. (Bastos, 2000)

Neste contexto, é importante ressaltar que a cidade de Juiz de Fora nasceu e se desenvolveu a partir do seu centro, que até os dias de hoje abriga uma multiplicidade funcional (centro comercial, atividades político-administrativas, instituições educacionais e espaços públicos para manifestações e lazer, entre outros), o que a condiciona a área de grande importância econômica e social da cidade.

“A Área Central compreende o triângulo formado pelas Av. Rio Branco, Av. Independência e Av. Francisco Bernardino, incorporando as Praças Antônio Carlos e Dr. João Penido (Praça da Estação), o Parque Halfeld e os seus entornos. Nela está concentrada a maior diversidade de atividades urbanas, sejam elas comerciais, culturais, prestadoras de serviços, residenciais ou institucionais. É, enfim, o espaço estruturador de toda a cidade, visto que o desenvolvimento urbano ocorre pela sua articulação com as demais áreas”.
(PDDU, 2004)



Fig. 2: Delimitação do centro de Juiz de Fora. (Fonte: Junqueira, 2006)

Segundo Bastos (2000), a indústria de Juiz de Fora teve um dos seus períodos de maior crescimento de 1908 a 1920. Porém, por ter sido um processo limitado e secundário, se comparado aos principais centros produtores do Brasil (São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal), ao longo do século XX seu crescimento industrial entrou em desaceleração. Também, para Giroletti (1988), a excessiva concentração industrial têxtil e a dependência de tecnologia, matéria-prima, insumos básicos e mão de obra qualificada de outros centros nacionais, contribuíram para esse quadro de desaceleração industrial. Bastos (2000) complementa dizendo que a limitada dimensão das empresas, o pouco dinamismo do empresariado local, a falta de concorrência, bem como a característica estrutural das empresas, que eram em sua maioria familiares, também podem ter contribuído.

Adiante, a partir de 1930, sendo a capital de Minas Gerais transferida para Belo Horizonte, houve um relativo esvaziamento do interior do estado. E a partir da década de 1950, ocorre no Brasil um crescimento econômico de bens de capital e bens de consumo durável (siderurgia, metalurgia, química e automobilística) em detrimento dos setores tradicionais.

Segundo Amaral Júnior (2008), é apenas entre os anos de 1968 e 1972, com o governo municipal de Itamar Franco, que surgiram as primeiras tentativas de se reverter

esse processo de estagnação econômica de Juiz de Fora. Assim, na década de 1970, através de um plano federal para atração de investimentos (II PND) a cidade recebeu duas indústrias do setor metalúrgico: a Siderurgia Mendes Júnior, hoje Belgo Mineira e a Companhia Paraibuna de Metais.

Ainda segundo o autor, na década de 1990, no governo de Custódio Mattos, recomeçou um esforço para retomar o desenvolvimento econômico da cidade, através da intensificação do seu marketing urbano e sua infra-estrutura. Isto é, através da potencialização das qualidades locais e das características sociais e culturais da cidade, tinha o intuito de trazer projetos industriais com desenvolvimento auto-sustentável.

Nesse período, mais precisamente em 1996, inicia-se em Juiz de Fora, a instalação da primeira fábrica da montadora alemã Mercedes-Benz no Brasil. Junto a ela, outras obras importantes, tanto de infra-estrutura quanto de investimentos externos foram realizadas: Carrefour, Terceira Adutora, ampliação da pista do Aeroporto da Serrinha e Viaduto Augusto Franco. Também, foram feitas algumas benfeitorias no espaço urbano da cidade: revitalização da Praça da Estação e seu conjunto arquitetônico, da Praça Antônio Carlos e a criação de calçadas nas ruas São João e Mister Moore. (Amaral Júnior, 2008).

Em 2000, foi elaborado o Plano Estratégico de Juiz de Fora (Plano JF), *“que se baseia em métodos adotados por empresas para obtenção de metas e objetivos. E, como as empresas são estruturadas para lidar com as leis do mercado, o plano possui, implicitamente, um pensamento de competição, promovendo idéias de marketing e propaganda para a cidade em questão”*. O Plano JF introduz uma nova forma de se tentar planejar a cidade, através da idéia, até então “inovadora”, de uma parceria público-privada na concretização dos projetos por ele pretendidos. (Amaral Júnior, 2008).

Segundo Baesso (2010), dentro do atual quadro de busca pelo desenvolvimento econômico pelo qual Juiz de Fora está passando, vêm ocorrendo na cidade processos de ordenamento espacial, através de investimentos industriais, comerciais e imobiliários, que estão refletindo na organização estrutural e de circulação. E, para Leite (2008), uma das maiores evidências dessa retomada foi a inauguração do Independência Shopping em abril de 2008.

Tal empreendimento, foi idealizado por empresários que, com incentivos da Prefeitura de Juiz de Fora como: participação ativa no processo de implantação, permuta de áreas para construção, transformação de áreas públicas em pontos de infra-estrutura para o shopping, incentivos fiscais, entre outros, ergueram uma edificação de cinco pavimentos, totalizando 85.000m² em uma área de privilegiado acesso. (Herdy, 2010).

Recentemente, neste ano de 2010, foi lançado, como ampliação do Independência Shopping, o projeto de implantação de duas torres, uma destinada a salas comerciais e a outra a um hotel com padrão cinco estrelas. Localizado ao lado do Independência Shopping,

o complexo Independência Trade Center se justifica, segundo o diretor da construtora autora do projeto, pois “a Zona da Mata vem recebendo muitos empresários de outros municípios e necessita de salas comerciais amplas e diferenciadas, além de um local para hospedar essa população flutuante”. Ainda continua, “a chegada do Shopping a Juiz de Fora também revelou que os turistas precisavam de mais atenção. Não basta vir a cidade e ficar apenas um dia. Eles querem se hospedar durante todo o fim de semana”. (Revista Pauta Econômica, 2010, p.11)

Também segundo o diretor da construtora: “a idéia de reunir tantos atrativos em um único empreendimento foi evitar os deslocamentos desnecessários. Muita gente evita circular pelo centro. A partir de agora, diversão, trabalho e lazer estarão em um só lugar: no Independência Trade Center. Vamos unir o útil ao agradável – passear no shopping, se instalar em um belíssimo hotel, jantar em um restaurante com vista panorâmica e ainda fechar grandes negócios nas salas comerciais”. (Revista Pauta Econômica, 2010, p.11).

Sendo assim, cabe ressaltar que o Independência Shopping foi apresentado como pioneiro nesse segmento na cidade e sua implantação significa atender a uma demanda local e regional (Zona da Mata e cidades do estado do Rio de Janeiro), sendo portanto, “um dinamizador econômico e responsável pelo aumento de oportunidades de emprego na cidade”. (Herdy, 2010, p.09).

Postas estas questões, e observando os elementos elencados por Herdy (2010), para a classificação do Independência Shopping como um GPU em Juiz de Fora, como: “o porte, os recursos financeiros aplicados e as manobras políticas”, pode-se afirmar que o Independência Shopping é um GPU que está consolidando na cidade uma nova centralidade (que vem atraindo uma grande concentração de investimentos imobiliários), uma vez que está procurando desenvolver uma “independência”, como seu próprio nome se refere, do centro “original”. Isso também fica claro quando, embora sendo notória a atual relevância do centro para a cidade como um todo, o diretor da construtora autora do empreendimento, afirma que “muita gente evita circular pelo centro”.

Contudo, o que se pode observar, é que o centro continua denso, vivo, habitado e com um valor imobiliário alto. Um exemplo disso é que, dentro desse processo, onde novas centralidades vêm se consolidando em Juiz de Fora, foi implantado recentemente, pelo atual prefeito Custódio Mattos (eleito para o mandato 2009/2012), um projeto urbanístico de intervenção no centro da cidade: o “Nova Juiz de Fora”.

Este projeto surgiu a partir de previsões do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) 2004, que levanta sobre a necessidade de um plano de revitalização e reestruturação viária da área central. Segundo Baesso (2010), essas previsões estão indicadas nos Projetos Gerais de Urbanização (PGU) do PDDU como “Revitalização da Área Central” devido a sua importância econômica, cultural, social e urbanística. Também,

por essas características, o centro se apresenta como uma área de grande densidade populacional e com enorme fluxo de pessoas, veículos e mercadorias.

Assim, fica aqui a seguinte indagação: Atualmente, quase três anos após sua inauguração, o Shopping Independência não interferiu na vitalidade do centro de Juiz de Fora. Contudo, a proposta de “independência” do centro, frente aos novos projetos de ampliação desse GPU, podem resultar em que reflexos no atual processo de reestruturação da centralidade pelo qual a cidade está passando?

Considerações Finais

A partir das questões elencadas no corpo deste artigo, bem como da pesquisa para a dissertação de mestrado que encontra-se em curso, pode-se traçar algumas considerações finais.

Primeiro, fica claro que nos últimos anos as cidades vêm passando por um processo de reestruturação urbana calcada no projeto em detrimento ao plano. Assim, os GPUs aparecem como forma de organizar o espaço da cidade, inserindo-a no novo cenário mundial global, que visa a espetacularização, o marketing, a competitividade e a evocação do patriotismo, entre outras ações.

Esse “empresariamento urbano” (Harvey apud Bienenstein, 2003) também vem acontecendo nas cidades de médio porte brasileiras. Estas, ao assumirem novos papéis intra e inter-urbanos, tornaram-se polos regionais capazes de dinamizar a economia entre as pequenas e as grandes cidades.

Segundo, é notório que, para alavancar o seu crescimento econômico e voltar a ocupar significativo papel na região da Zona da Mata Mineira, os últimos governos municipais da cidade de Juiz de Fora têm lançado mão desta proposta. Assim, os grandes projetos urbanos implantados recentemente na cidade (o Independência Shopping e suas propostas de ampliação para tornar-se um complexo de lazer, turismo e comércio, recebe destaque neste trabalho por se tratar de um elemento recentralizador no e do espaço urbano) são exemplos claros dessa *“lógica de desenvolvimento que vê o megaprojeto e o marketing de lugares como uma alavanca decisiva para gerar crescimento futuro e apoiar uma luta competitiva para atrair investimentos de capital”*. (Swyngedouw apud Bienenstein, 2003, p.10).

E terceiro, como dentro desta proposta de projeto urbano está inserida a idéia de se evocar o interesse de todos da cidade, a mesma acaba por evocar uma nova maneira de ver e viver a cidade. Isto é, é implantado um novo sentido de pertença e de valores nos seus cidadãos, que passam a apropriar-se dos espaços da cidade de maneiras adversas. O que vem gerando o abandono de determinadas áreas da cidade e o desenvolvimento de outras.

Neste contexto, cabe novamente salientar que, dentre as áreas que tornam-se degradadas, estão os centros “originais” destas cidades.

Assim, retornando ao objeto “o centro de Juiz de Fora”, cabe no desenrolar da pesquisa não só a análise dos fatores que colaboram para manter o centro denso e vivo, mas também, a análise daqueles outros que vão de encontro a essa realidade. Desta forma, o presente artigo apresenta-se como uma das primeiras dentre muitas outras reflexões a serem, ainda, desenvolvidas.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de. (2008) Novas espacialidades urbanas: shopping centers – simulacro dos espaços públicos. In: E-xacta revista Científica do Departamento de Ciências Exatas e Tecnologia do Uni-BH. Nº 01, Vol. 01. Disponível em: <http://revistas.unibh.br/viewarticle.php?id=3>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

AMARAL JÚNIOR, Adilson Luiz. (2008) A Forma Urbana da Centralidade: o caso do Bairro Alto dos Passos em Juiz de Fora. Dissertação de mestrado, PROURB/UFRJ.

BAESSO, Daniel Cesário; TEÓFILO, Sandro; SILVA, Rafael Santos. (2010) A nova Juiz de Fora e a Reestruturação do Centro Urbano. Encontro Nacional dos Geógrafos (XVI.: 2010: Porto Alegre). Anais.

BASTOS, Suzana Quinet de Andrade. (2010) Juiz de Fora: Análise do Desenvolvimento Industrial e dos Desafios Colocados pela Implantação da Mercedes-Benz. Seminário sobre a Economia Mineira (X.: Diamantina: 2002). Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D38.PDF>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

BIENENSTEIN, Glauco; SÁNCHEZ, Fernanda. (2003) O “Caminho Niemeyer” como projeto estratégico: gestão, produção e reconversão da imagem urbana de Niterói – RJ. Encontro Nacional da ANPUR (X.: 2003: Belo Horizonte). Anais.

_____. (2001) Shopping Center: O Fenômeno e sua Essência Capitalista. In: **Revista GEOgraphia**. Nº 06, Vol. 03. Disponível em: www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/view/66/64. Acesso em: 04 de dezembro de 2010.

ESTEVEES, Albino. (1915) Álbum do Município de Juiz de Fora. Belo Horizonte: Imprensa Oficial.

GIROLETTI, Domingos. (1988) Industrialização de Juiz de Fora: 1850-1930. Juiz de Fora: EDUFJF.

HERDY, Fabrícia Hauck; et ali. (2010) A Produção do Espaço Urbano em Juiz de Fora – MG, A partir da implantação de Grandes Projetos Urbanos. Encontro Nacional dos Geógrafos (XVI.: 2010: Porto Alegre). Anais.

JUNQUEIRA, Patrícia Thomé. (2006) De Cidade a Centralidade: A formação dos centros e o processo de Descentralização nas Cidades de Médio Porte. Estudo de Caso: Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado, PROURB/UFRJ.

LEITE, Aline Gouvêa. (2008) História, Sociedade, Planejamento Urbano e suas configurações e vivências na Espacialidade Pública de Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado, Escola de Arquitetura/UFMG.

MATTEI MANZI, Ariadne Giacomazzi. (2008) Grandes Projetos Urbanos na cidade de Curitiba: impactos e externalidades. Dissertação de Mestrado, CCET/PUC Paraná.

NOBRE, Eduardo A. C. (2003) Intervenções Urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. Encontro Nacional da ANPUR (X.: 2003: Belo Horizonte). Anais.

OLIVEIRA, Fabrício Leal de; LIMA JÚNIOR, Pedro Novaes. (2009) Grandes Projetos Urbanos: Panorama da Experiência Brasileira. Congresso da LASA, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/files/OliveiraFabrícioLeal.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

OLIVEIRA JÚNIOR, Gilberto Alves de. (2008) Novas Expressões de Centralidade e (Re)Produção do Espaço Urbano em Cidades Médias: O Jequitibá Plaza Shopping em Itabuna – BA. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Geografia/UNB.

_____. (2008) Redefinição da Centralidade Urbana em Cidades Médias. In: Sociedade e Natureza, 20 (1): 205 – 220. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sn/v20n1/a14v20n1.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

PREFEITURA de Juiz de Fora. (2004) Juiz de Fora sempre. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano. Juiz de Fora: IPPLAN/JF

Revista Pauta Econômica (2010), Nº 85, Ano VII.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. (2003) A cidade dentro da cidade. Uma edge city em São José do Rio Preto. In: Scripta Nova Revista eletrônica de geografia y ciencias sociales, Nº 146, Vol. 07

_____. (2007) Estruturação urbana e segregação socioespacial no interior paulista. In: MATTEI MANZI, Ariadne Giacomazzi. (2008) Grandes Projetos Urbanos na cidade de Curitiba: impactos e externalidades. Dissertação de Mestrado, CCET/PUC Paraná.

ULTRAMARI, Clovis. (2001) Grandes Projetos Urbanos no Brasil: conceitos, contextualização e discussão de três casos. Artigo disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos/artigo3.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis Alcides. (2007) Grandes Projetos Urbanos: conceitos e referenciais. In: Revista ambiente Construído, Porto Alegre, Nº 02, Vol. 07. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/ambienteconstruido/article/viewFile/3733/2086>. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

ZAITTER, Bruno Augusto Hasenauer. (2010) Grandes Projetos Urbanos e sua compreensão pela academia brasileira. In: Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Nº 883, Vol. XV. Disponível em: www.ub.es/geocrit/b3w-883.htm. Acesso em: 12 de novembro de 2010.

Sites:

www.pjf.mg.gov.br

www.acesa.com/jfmapa